

JÔNATAS LUIZ MOREIRA DE PAULA

CURSO DE
PROCESSO
CIVIL ^{5ª} EDIÇÃO
revisada e
ampliada

Processo de Conhecimento, Procedimentos
Especiais e Processo de Execução

PEC 209/2012

Lei nº 13.105/2015 · Lei nº 13.256/2016





Belo Horizonte Av. Brasil, 1843, Savassi, Belo Horizonte, MG Tel.: 31 3261 2801 CEP 30140-007	São Paulo Av. Paulista, 2444, 8º andar, cj 82 Bela Vista – São Paulo, SP CEP 01310-933
--	---

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Copyright © 2021, D'Plácido Editora.
Copyright © 2021, Jônatas Luiz Moreira de Paula.

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios,
sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

Editor Chefe Plácido Arraes

Editor Tales Leon de Marco

Produtora Editorial Bárbara Rodrigues

Capa, projeto gráfico Nathalia Torres

Diagramação Enzo Zaquie Prates

Catalogação na Publicação (CIP)

P324 Paula, Jônatas Luiz Moreira de
Curso de processo civil : processo de conhecimento, procedimentos especiais e processo de
execução : PEC 209/2012, Lei nº 13.105/2015, Lei nº 13.256/2016 / Jônatas Luiz Moreira de
Paula. - 5. ed., rev. ampl. - Belo Horizonte, São Paulo : D'Plácido, 2021.
1138 p.

ISBN 978-65-5589-136-2

1. Direito. 2. Direito Processual Civil. I. Título.

CDD: 341.46

Bibliotecária responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472

GRUPO
D'PLÁCIDO



Rodapé



Sumário

PARTE I PROCESSO DE CONHECIMENTO

1. Linhas gerais do Novo CPC	31
1.1. O revisionismo estrutural do Novo CPC.....	31
1.2. A unicidade procedimental do processo de conhecimento.....	32
1.3. A simplicidade dos atos e oportunidades processuais.....	35
1.4. A instauração formal do contraditório.....	36
1.5. A importância do Direito Jurisprudencial.....	37
2. Da fase postulatória: dos requisitos da petição inicial	45
2.1. Dos Requisitos da Petição Inicial.....	45
2.2. Competência.....	46
2.2.1. Noção.....	46
2.2.2. Critérios de competência absoluta.....	47
2.2.2.1. Em razão da matéria.....	48
2.2.2.2. Em razão da qualidade do litigante.....	49
2.2.2.3. Em razão da funcionalidade.....	50
2.2.3. Critérios de competência relativa.....	52
2.2.3.1. Em razão do foro.....	52
2.2.3.2. Em razão do valor da causa.....	54
2.2.4. Conexão, continência e prorrogação de foro.....	56
2.2.4.1. Conexão e seus efeitos processuais.....	57
2.2.4.2. Continência e seus efeitos processuais.....	58
2.2.4.3. Prorrogação de foro.....	60

2.2.4.4. A prevenção na hipótese do artigo 286, II, do CPC.....	61
2.2.4.5. A indicação do juízo como requisito da petição inicial.....	62
2.3. Qualificação das partes.....	63
2.3.1. Noções de parte e de legitimidade.....	63
2.3.1.1. Legitimidade ordinária.....	65
2.3.1.2. Legitimidade extraordinária.....	67
2.3.1.3. A legitimidade concorrente e o Novo CPC.....	69
2.3.1.4. Requerimento para o incidente da desconsideração da personalidade jurídica.....	72
2.3.1.5. A qualificação das partes como requisito da petição inicial.....	75
2.4. Causa de pedir.....	76
2.4.1. Noção.....	76
2.4.2. Teoria da Substanciação.....	77
2.4.3. Teoria da Individuação.....	80
2.4.4. Complexidade da causa de pedir.....	81
2.4.5. A fungibilidade da causa de pedir.....	83
2.5. Pedido.....	85
2.5.1. Noção de pedido.....	85
2.5.2. Pedido simples e a questão do “pedido implícito”.....	87
2.5.3. Pedido cominatório.....	89
2.5.4. Pedido complexo.....	92
2.5.4.1. Pedido Alternativo.....	92
2.5.4.2. Pedido Subsidiário.....	94
2.5.4.3. Pedido Sucessivo.....	95
2.6. Valor da causa.....	100
2.7. Requerimento genérico de produção de provas.....	103
2.8. Eventual requerimento para a realização da audiência de conciliação ou mediação.....	103
2.9. Requerimento para a citação.....	104
2.10. Outros requerimentos.....	104
2.11. Documentos indispensáveis para a propositura da ação.....	105
3. Do Juízo de Admissibilidade da Petição Inicial.....	109
3.1. Propositura da ação e Juízo de Admissibilidade.....	109

3.2. Indeferimento da ação.....	110
3.2.1. Noção.....	110
3.2.2. Hipóteses.....	111
3.2.3. A providência determinada pelos artigos 9º e 10 do CPC.....	115
3.2.4. Efeitos do indeferimento da petição inicial.....	115
3.3. Improcedência liminar do pedido.....	118
3.3.1. Noção.....	118
3.3.2. Hipóteses.....	119
3.3.3. Pressupostos autorizadores.....	124
3.3.4. A providência determinada pelos artigos 9º e 10 do CPC.....	127
3.3.5. Efeitos da improcedência de plano.....	127
3.4. Emenda da inicial.....	129
3.5. Recebimento da inicial.....	131
3.5.1. Noção.....	131
3.5.2. A advertência ao réu no ato citatório.....	132

4. Da Tutela Provisória: Tutela de Urgência e Tutela de Evidência.....	135
4.1. Introdução.....	135
4.2. Tutela de Urgência Cautelar e Antecipada, e Tutela de Evidência.....	137
4.2.1. Aspectos gerais.....	137
4.2.2. Juízo de Possibilidade e Juízo de Probabilidade.....	140
4.2.3. Origem histórica das tutelas de urgência e o seu ajuste doutrinário.....	142
4.3. Regime jurídico da Tutela de Urgência no Novo CPC.....	146
4.3.1. Da Tutela Cautelar.....	146
4.3.1.1. Da medida cautelar preparatória para a lide principal.....	147
4.3.1.2. Da medida cautelar incidental.....	152
4.3.2. Da Tutela Antecipada.....	154
4.3.2.1. Dos requisitos e hipóteses para a tutela antecipada.....	155
4.3.2.2. Da polêmica estabilização da tutela antecipada requerida em caráter antecedente.....	159
4.3.2.3. Estabilização da tutela antecipada e direitos indisponíveis.....	170
4.3.3. Da Tutela de Evidência.....	172
4.3.4. Da efetivação da tutela provisória.....	177

5. Da Citação	181
5.1. Noção e efeitos da citação	181
5.1.1. Fundamentos da citação	181
5.1.2. Condições de validade da citação	182
5.1.3. Mandado de citação	184
5.1.4. Efeitos da citação	185
5.2. Citação via postal	188
5.3. Citação por oficial de justiça	188
5.3.1. Citação por hora certa	189
5.4. Citação pelo escrivão ou pelo chefe da secretaria	191
5.5. Citação por edital	192
5.6. Citação via eletrônica	193
6. Da Audiência de Conciliação/Mediação	195
6.1. Noção	195
6.2. Do conciliador e do mediador	196
6.3. Das hipóteses de não realização da audiência de conciliação/ mediação e da escolha do conciliador/mediador	197
6.4. Da realização da audiência de conciliação/mediação	200
7. Da Defesa do Réu	203
7.1. Fundamentos do Direito de Defesa	203
7.1.1. A garantia do Direito de Defesa como preceito programático	203
7.1.2. A Defesa como exercício abstrato de um direito	205
7.2. Oportunidade para o réu apresentar a sua defesa	206
7.3. Contestação	209
7.3.1. Noção	209
7.3.2. Exceção e objeção	211
7.3.3. Defesa Indireta e Defesa Direta	212
7.3.4. Tutela jurisdicional na contestação	216
7.4. Exceções processuais e o Novo CPC	218
7.4.1. Noção	218
7.4.2. A incompetência relativa	218

7.4.3. A arguição de impedimento e suspeição.....	221
7.4.4. Impugnação ao valor da causa.....	224
7.4.5. Impugnação aos benefícios da assistência judiciária gratuita.....	225
7.5. Reconvenção e o Novo CPC.....	226
7.5.1. Noção.....	226
7.5.2. Objeto e hipóteses de cabimento.....	228
7.5.3. Requisitos genéricos da reconvenção.....	228
7.5.4. Requisitos específicos da reconvenção.....	233
7.6. Outras oportunidades processuais da defesa.....	239
7.6.1. Integralização ou desintegralização do litisconsórcio.....	239
7.6.1.1. Noção.....	239
7.6.1.2. Integralização do litisconsórcio necessário.....	241
7.6.1.3. Desintegralização do litisconsórcio facultativo.....	241
7.6.1.4. Recurso cabível contra a deliberação no litisconsórcio.....	242
7.6.2. Intervenção de Terceiros.....	242
7.6.2.1. A manifesta ilegitimidade passiva em substituição à nomeação à autoria do CPC revogado.....	243
7.6.2.2. Denúnciação à lide.....	245
7.6.2.3. Chamamento ao processo.....	247
7.6.2.4. Desconsideração da personalidade jurídica.....	248
7.6.2.5. Recurso cabível contra a deliberação no incidente de Intervenção de Terceiros.....	250
7.6.3. Agravo de instrumento.....	250

8. Das Providências Preliminares..... 253

8.1. Das Providências Preliminares.....	253
8.2. Providências sobre a postulação das partes.....	254
8.2.1. Averiguação da revelia.....	254
8.2.1.1. Noção.....	254
8.2.1.2. Efeitos.....	258
8.2.1.3. Revelia e estabilidade da demanda.....	261
8.2.1.4. Decretação da revelia.....	262
8.2.2. Contestação à reconvenção e eventual citação do terceiro-reconvindo.....	262
8.2.3. Réplica ou Impugnação à contestação.....	264
8.2.4. Impugnação ao documento juntado pelo réu.....	264

8.2.5. Manifestação da parte sobre a contestação do denunciado à lide e do chamamento ao processo.....	265
8.2.6. Intervenção do amicus curiae.....	266
8.2.7. Vista ao Ministério Público.....	270
8.3. Providências saneadoras que visam a passagem de fase processual.....	271
8.3.1. Processamento dos incidentes processuais.....	271
8.3.2. Resolução da desconsideração da personalidade jurídica.....	272
8.3.3. Questão Prejudicial ou Ação Declaratória Incidental(?).....	272
8.3.3.1. Noção.....	272
8.3.3.2. Requisitos.....	274
8.3.4. Realização de diligências determinadas pelo juízo.....	275

9. Fase do Julgamento Conforme o Estado do Processo.....	277
9.1. Noção.....	277
9.2. Extinção total ou parcial do processo.....	277
9.2.1. Noção.....	277
9.2.2. Hipóteses de extinção do processo sem análise do mérito.....	278
9.2.3. Hipóteses de extinção do processo com julgamento do mérito.....	289
9.2.4. Recursos cabíveis contra a extinção total ou parcial do processo.....	293
9.3. Julgamento antecipado do mérito.....	294
9.3.1. Noção.....	294
9.3.2. Do julgamento antecipado do mérito (CPC, art. 355).....	294
9.3.2.1. Do julgamento antecipado parcial do mérito (CPC, art. 356).....	299
9.4. Saneamento do processo.....	307
9.4.1. Noção.....	307
9.4.2. A decisão saneadora e a sua estabilidade.....	308
9.4.2.1. Estabilidade da decisão.....	308
9.4.2.2. Estabilidade objetiva e subjetiva.....	309
9.4.3. Conteúdo da decisão saneadora do processo.....	312
9.4.4. A congruência entre o saneador e a sentença.....	320
9.4.5. Audiência de saneamento.....	322

10. Fase Instrutória: A produção de provas	325
10.1. Teoria Geral das Provas	325
10.1.1. Noção de Prova	325
10.1.2. Natureza Jurídica das Provas	326
10.1.3. Noção de Fase Instrutória	330
10.1.4. Princípios probatórios	331
10.1.4.1. Princípio da Tipicidade	331
10.1.4.2. Princípio da Vedação da Proibição da Obtenção de Provas Ilícitas	333
10.1.4.3. Princípio do Ônus da Prova e a inversão do ônus da prova	339
10.1.4.4. Princípio da Auto-responsabilidade das Partes	354
10.1.4.5. Princípio da Eficácia Jurídica e do Interesse Público da Prova	355
10.1.4.6. Princípios da Imediação e Concentração das Provas	356
10.1.4.7. Princípio da Persuasão Racional ou Livre Convencimento Fundamentado e a regra do artigo 927 do CPC	357
10.1.5. Presunção	362
10.1.5.1. Noção	362
10.1.5.2. Presunção e Indício	364
10.1.5.3. Espécies de presunção	366
10.1.6. Prova emprestada	368
10.1.6.1. Noção	368
10.1.6.2. A prova emprestada antes do Novo CPC	370
10.1.6.3. A prova emprestada no Novo CPC	370
10.1.7. Local de produção das provas	371
10.1.8. Da possibilidade das partes em regular o procedimento de produção de provas	372
10.1.9. Do dever de colaboração com a produção de provas	375
10.2. Espécies de prova	376
10.2.1. Prova documentada	377
10.2.1.1. Prova emprestada	377
10.2.1.2. Ata Notarial	378
10.2.2. Depoimento Pessoal e Interrogatório	381
10.2.2.1. Noções e objetivos do Depoimento Pessoal e do Interrogatório	381

10.2.3. Confissão.....	385
10.2.3.1. Noção e natureza jurídica.....	385
10.2.3.2. Elementos e requisitos.....	391
10.2.3.3. Espécies.....	392
10.2.3.4. Eficácia probatória.....	394
10.2.3.5. Invalidação da confissão.....	396
10.2.4. Prova Documental.....	398
10.2.4.1. Noção de documento.....	398
10.2.4.2. Noção de prova documental.....	399
10.2.4.3. Produção da prova documental.....	400
10.2.4.4. Eficácia da prova documental.....	404
10.2.4.5. Autenticidade e falsidade da prova documental.....	409
10.2.5. Prova Testemunhal.....	419
10.2.5.1. Noção de prova testemunhal e de testemunha.....	419
10.2.5.2. Produção da prova testemunhal.....	420
10.2.5.3. Eficácia da prova testemunhal.....	425
10.2.6. Prova Pericial.....	427
10.2.6.1. Noção de prova pericial e de perito.....	427
10.2.6.2. Produção da prova pericial.....	428
10.2.6.3. Realização da perícia.....	431
10.2.7. Inspeção Judicial.....	434
10.2.7.1. Noção.....	434
10.2.7.2. Produção probatória da inspeção judicial.....	435
10.2.7.3. Eficácia probatória da inspeção judicial.....	436
10.3. Da Audiência de Instrução.....	437
10.3.1. Noção.....	437
10.3.2. Princípios informativos.....	438
10.3.2.1. Princípio do Juiz Natural.....	438
10.3.2.2. Princípio do Contraditório.....	439
10.3.2.3. Princípio da Publicidade.....	439
10.3.2.4. Princípio da Oralidade.....	440
10.3.2.5. Princípio da Imediação.....	440
10.3.2.6. Princípio da Identidade Física do Juiz.....	441
10.3.2.7. Princípio da Concentração.....	441
10.3.2.8. Princípio da Economia Processual.....	441
10.3.2.9. Princípio da Unicidade.....	442

10.3.3. Efeitos processuais da audiência de instrução.....	442
10.3.4. Da ordem na produção das provas orais.....	443
10.3.4.1. Regra geral.....	443
10.3.4.2. Exceção a regra geral.....	444
10.3.5. Alegações finais.....	445
10.3.5.1. Noção.....	445
10.3.5.2. Efeitos processuais.....	446
10.3.5.3. Conteúdo das alegações finais.....	447
10.3.5.4. Prazos para a elaboração das alegações finais.....	448
10.4. Da produção antecipada de provas.....	449
10.4.1. Noção.....	449
10.4.2. Procedimento.....	451
11. Fase Decisória: A sentença e seu conteúdo.....	455
11.1. Concepções gerais de sentença.....	455
11.1.1. Noção de sentença.....	455
11.1.1.1. Sentença como ato de extinção.....	455
11.1.1.2. Decisões terminativas.....	457
11.1.2. Elementos de existência da sentença.....	459
11.1.3. Elementos essenciais da sentença.....	460
11.2. Efeitos da sentença.....	465
11.2.1. Noção.....	465
11.2.2. Efeitos imediatos da sentença.....	466
11.2.3. Efeitos mediatos da sentença.....	467
11.3. A metodologia na elaboração do julgamento da lide na sentença.....	468
11.3.1. Exame dos fatos.....	469
11.3.2. Elaboração da definição jurídica.....	470
11.3.3. Elaboração do conhecimento jurídico e a vinculação à jurisprudência e súmulas.....	474
11.3.4. Elaboração da tutela jurisdicional (ou sanção jurídica).....	478
11.4. Sentença e Pedido.....	481
11.4.1. Noção.....	481
11.4.2. Procedência parcial do pedido.....	482
11.4.3. Pedido líquido e sentença ilíquida.....	483
11.5. Incongruência entre sentença e pedido.....	484

11.5.1. Sentença infra petita	485
11.5.2. Sentença extra petita	486
11.5.3. Sentença ultra petita	486
11.5.4. Exceções à congruência entre sentença e pedido	487

12. Dos Recursos e dos Processos nos Tribunais 491

12.1. Teoria Geral dos Recursos	491
12.1.1. Noção	491
12.1.2. Princípios relativos aos recursos	492
12.1.2.1. Princípio do duplo grau de jurisdição	493
12.1.2.2. Princípio da autoridade competente.	495
12.1.2.3. Princípio da taxatividade	496
12.1.2.4. Princípio da unirecorribilidade ou da singularidade ou da unicidade recursal	499
12.1.2.5. Princípio da independência recursal	501
12.1.2.6. Princípio da fungibilidade recursal	502
12.1.2.7. Princípio da proibição da reformatio in pejus	506
12.2. Pressupostos recursais genéricos	507
12.2.1. Pressupostos subjetivos/intrínsecos	507
12.2.2. Pressupostos objetivos	511
12.3. Efeitos do recurso	519
12.3.1. Efeitos em razão da interposição do recurso	519
12.3.1.1. Obstar a ocorrência da preclusão ou da coisa julgada sobre a decisão recorrida	519
12.3.1.2. Suspensividade	520
12.3.2. Efeitos em razão da apreciação do recurso	522
12.3.2.1. Devolutividade	522
12.3.2.2. Translatividade	524
12.3.3. Efeitos em razão do julgamento do recurso	526
12.3.3.1. Conhecimento ou não conhecimento do recurso	527
12.3.3.2. Provimento ou não provimento do recurso	527
12.3.3.3. Substitutividade	529
12.3.3.4. Expansividade	529
12.4. Recurso Adesivo	531
12.4.1. Noção	531
12.4.2. Pressupostos para o recurso adesivo	534

12.4.2.1. Existência de uma sentença ou de um acórdão.....	534
12.4.2.2. Existência de sucumbência recíproca.....	534
12.4.2.3. Existência de recurso interposto.....	534
12.4.3. Requisitos para o recurso adesivo.....	534
12.4.3.1. Apresentação do recurso adesivo no prazo legal.....	535
12.4.3.2. Apresentação do recurso adesivo perante o juízo a quo.....	535
12.4.3.3. Subordinação ao trâmite do recurso principal.....	535
12.5. Remessa necessária.....	535
12.5.1. Noção.....	535
12.5.2. Condições necessárias para a incidência da remessa necessária.....	536
12.5.2.1. Condições subjetivas.....	536
12.5.2.2. Condições objetivas.....	537
12.5.3. Efeitos da remessa necessária.....	537
12.6. Espécies recursais.....	538
12.6.1. Apelação.....	538
12.6.1.1. Noção.....	538
12.6.1.2. De questões retidas que poderão ser argüidas na apelação.....	540
12.6.1.3. Do pedido de tutela provisória.....	541
12.6.1.4. Procedimento no recurso de apelação.....	542
12.6.2. Agravo de instrumento.....	548
12.6.2.1. O recurso de agravo no CPC de 1973 e no Novo CPC.....	548
12.6.2.2. Hipóteses de agravo de instrumento.....	549
12.6.2.3. Taxatividade mitigada no rol de hipóteses de agravo de instrumento.....	552
12.6.2.4. Procedimento no recurso de agravo de instrumento.....	556
12.6.3. Agravo Interno.....	562
12.6.4. Embargos de Declaração.....	564
12.6.5. Recurso Ordinário.....	568
12.6.6. Recurso Extraordinário e Recurso Especial.....	570
12.6.6.1. Noção e hipóteses de Recurso Extraordinário.....	570
12.6.6.2. Noção e hipóteses de Recurso Especial.....	572
12.6.6.3. Pré-questionamento e a possibilidade de reavaliação das provas.....	573

12.6.6.4. Pré-questionamento implícito.....	576
12.6.6.5. Da exigência da repercussão geral no REX.....	577
12.6.6.6. Da proposta contida na PEC 209 para o RESP.....	580
12.6.6.7. Procedimento do REX e do RESP e a Lei nº 13.256/2016.....	584
12.6.6.8. Do incidente de REX e RESP repetitivos.....	593
12.6.6.9. Do agravo em REX ou RESP com o advento da Lei nº 13.256/2016.....	600
12.6.7. Agravo interno e Agravo Regimental.....	603
12.6.8. Embargos de Divergência.....	605
12.6.8.1. Noção.....	605
12.6.8.2. Hipóteses.....	605
12.6.8.3. Procedimento.....	606
12.7. Dos incidentes nos julgamentos dos recursos e dos processos de competência originária dos Tribunais.....	607
12.7.1. IAC-Incidente de Assunção de competência.....	608
12.7.1.1. Noção.....	608
12.7.1.2. Prevenção e composição na assunção de competência.....	612
12.7.2. Da argüição de inconstitucionalidade.....	612
12.7.3. Do conflito de competência.....	614
12.7.4. Da homologação de sentença estrangeira e da concessão de exequatur à carta rogatória.....	615
12.7.5. IRDR-Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas.....	616
12.7.6. Da Reclamação.....	623
13. Da Coisa Julgada e Ação Rescisória.....	629
13.1. Noção e fundamentos de coisa julgada.....	629
13.2. Efeitos e espécies de coisa julgada.....	634
13.3. Limites objetivos da coisa julgada.....	637
13.4. Limites subjetivos da coisa julgada.....	638
13.5. Impugnações à coisa julgada.....	642
13.5.1. Regra geral: a intangibilidade da coisa julgada.....	642
13.5.2. O efeito preclusivo da coisa julgada.....	645
13.5.2.1. Noção.....	645
13.5.2.2. Condições para aplicação da norma.....	647
13.5.3. Ação Rescisória.....	648

13.5.3.1. Noção.....	648
13.5.3.2. Histórico.....	650
13.5.3.3. Hipóteses.....	652
13.5.3.4. Condições da ação e do ajuizamento da ação.....	655
13.5.3.5. Procedimento.....	660
13.5.4. Superveniente incompatibilidade com a Constituição Federal.....	664
13.5.5. Relativização da coisa julgada material.....	664
13.5.5.1. Incidência de direitos indisponíveis.....	665
13.5.5.2. Descoberta de novos métodos científicos.....	666
13.5.5.3. A relativização da coisa julgada em demandas ambientais.....	669
14. Dos Procedimentos Especiais.....	671
14.1. Introdução.....	671
14.1.1. Diversidade procedimental.....	671
14.1.2. Da especificidade dos procedimento especiais.....	673
14.1.3. Jurisdição contenciosa e Jurisdição voluntária.....	674
14.2. Ação de consignação em pagamento.....	676
14.2.1. Consignação em pagamento fundada em recusa do credor.....	676
14.2.1.1. Noção.....	677
14.2.1.2. Etapa extrajudicial.....	677
14.2.1.3. Requisitos da petição inicial.....	679
14.2.1.4. Contestação.....	680
14.2.1.5. Desenvolvimento do processo e sentença.....	681
14.2.2. Consignação fundada em dúvida sobre a legitimidade de quem receberá o pagamento.....	682
14.2.2.1. Introdução.....	683
14.2.2.2. Petição inicial.....	683
14.2.2.3. Contestação.....	684
14.2.2.4. Desenvolvimento do processo e sentença.....	685
14.3. Ação de Exigir Contas.....	686
14.3.1. Noção.....	686
14.3.2. Procedimento de averiguação de legitimidade.....	686
14.3.2.1. Petição inicial.....	686

14.3.2.2. Contestação	688
14.3.2.3. Desenvolvimento do processo e decisão	689
14.3.3. Procedimento de averiguação das contas	690
14.3.3.1. Da prestação de contas	690
14.3.3.2. Dos efeitos da decisão que julga as contas	690
14.4. Ações Possessórias	691
14.4.1. Introdução	691
14.4.2. Ação de Reintegração/Manutenção de Posse	693
14.4.2.1. Petição inicial	693
14.4.2.2. Da liminar possessória	695
14.4.2.3. Contestação	696
14.4.2.4. Vedação à discussão de domínio	698
14.4.2.5. Desenvolvimento do processo e sentença	698
14.4.3. Ação de Interdito Proibitório	699
14.4.3.1. Petição inicial	699
14.4.3.2. Desenvolvimento do processo e sentença	700
14.4.4. Ação de Divisão de Terras	701
14.4.4.1. Petição inicial	701
14.4.4.2. Desenvolvimento do processo e sentença	702
14.4.5. Ação de Demarcação de Terras Particulares	706
14.4.5.1. Petição inicial	706
14.4.5.2. Desenvolvimento do processo e sentença	707
14.4.6. Ação de Embargos de Terceiro	711
14.4.6.1. Petição inicial	711
14.4.6.2. Ajuizamento da ação e liminar possessória	714
14.4.6.3. Contestação	716
14.4.6.4. Desenvolvimento do processo e sentença	717
14.5. Ação de Dissolução Parcial de Sociedade	718
14.5.1. Noção	718
14.5.2. Procedimento	719
14.5.2.1. Petição inicial	719
14.5.2.2. Ajuizamento da ação e contestação	724
14.5.2.3. Sentença e liquidação da sociedade	726
14.6. Ação de ●posição	728
14.6.1. Procedimento	728
14.6.1.1. Petição inicial	728

14.6.1.2. Desenvolvimento do processo e sentença.....	731
14.7. Ações de família.....	735
14.8. Ação Monitória.....	736
14.8.1. Introdução.....	736
14.8.2. Procedimento.....	737
14.8.2.1. Petição inicial.....	737
14.8.2.2. Recebimento da ação monitória.....	739
14.8.2.3. Embargos à ação monitória.....	742
14.8.2.4. Desenvolvimento do processo e sentença.....	743
14.9. Jurisdição voluntária.....	746
14.9.1. Regras gerais.....	746
14.9.2. Procedimento.....	748
14.9.2.1. Notificação e interpelação.....	748
14.9.2.2. Alienação judicial.....	749
14.9.2.3. Homologação de Divórcio e da Separação Consensuais, Extinção Consensual de União Estável e Alteração do Regime de Bens do Matrimônio.....	750
14.9.3. Bens de ausentes.....	754
14.9.4. Coisas vagas.....	755
14.9.5. Interdição.....	755
14.9.6. Disposições sobre tutela e curatela.....	761
14.10. Inventário e Partilha.....	762
14.10.1. Introdução.....	762
14.10.2. Petição inicial e primeiras declarações.....	764
14.10.3. Desenvolvimento do processo.....	768
14.10.4. Partilha.....	770
14.10.5. Invalidação da partilha.....	772
14.11. Arrolamento.....	772
14.11.1. Introdução.....	772
14.11.2. Petição inicial.....	774
14.11.3. Desenvolvimento do processo.....	775
14.11.4. Partilha.....	776
14.12. Sobrepartilha.....	776
14.12.1. Das hipóteses e procedimento.....	776
14.13. Testamentos e codicilos.....	776
14.14. Herança jacente.....	777

14.15. Outras espécies de procedimento especial.....	778
14.15.1. Habilitação.....	778
14.15.2. Homologação do penhor legal.....	779
14.15.3. Regulação de avaria grossa.....	780
14.15.4. Restauração de autos.....	781
14.15.5. Organização e Fiscalização das Fundações.....	781
14.15.6. Da Ratificação dos Protestos Marítimos e dos Processos Testemunháveis Formados a Bordo.....	781

PARTE II

PROCESSO DE EXECUÇÃO

15. Antecedentes históricos da execução.....	785
15.1. Direito Romano.....	785
15.2. Direito Germânico.....	792
15.3. Direito Comum.....	794
15.4. Direito Luso.....	797
15.5. Direito Brasileiro.....	798
16. Teoria Geral da Execução.....	809
16.1. Título Executivo.....	809
16.1.1. Noção.....	809
16.1.2. Classificação e espécies do título executivo.....	810
16.1.2.1. Classificação.....	810
16.1.2.2. Espécies.....	810
16.1.3. Natureza jurídica do título executivo.....	812
16.1.4. Requisitos do título executivo.....	815
16.1.4.1. Certeza.....	815
16.1.4.2. Exigibilidade.....	816
16.1.4.3. Liquidez.....	818
16.2. Legitimidade para a execução.....	819
16.2.1. Legitimidade ativa.....	819
16.2.2. Legitimidade passiva.....	820
16.2.3. Responsabilidade patrimonial.....	825
16.2.4. Fraude à execução.....	827

16.3. Competência.....	831
16.3.1. Execução por título judicial.....	831
16.3.2. Execução por título extrajudicial.....	833
16.4. Autonomia do Processo de Execução e o sincretismo processual.....	834
16.4.1. Da visão acerca da autonomia do Processo de Execução antes das reformas do CPC em 1994-2006.....	834
16.4.2. Da efetivação da sentença/acórdão após a reforma: a necessidade de haver uma revisão doutrinária.....	840
16.4.3. Do sincretismo no Novo CPC.....	842
17. Procedimentos executivos por título judicial.....	845
17.1. Liquidação de sentença.....	845
17.1.1. Noção.....	845
17.1.2. Estrutura procedimental.....	846
17.1.2.1. Liquidação por cálculo aritmético.....	848
17.1.2.2. Liquidação por arbitramento.....	849
17.1.2.3. Liquidação pelo procedimento comum.....	850
17.2. Efetivação da obrigação/prestação de fazer e não fazer.....	852
17.2.1. Introdução.....	852
17.2.2. O ius edictio e a busca pela tutela específica.....	853
17.2.2.1. Conceito de tutela específica.....	854
17.2.2.2. Técnica mandamental contida na tutela específica – o uso da coerção indireta.....	858
17.2.2.3. Executividade da técnica mandamental.....	859
17.2.2.4. Técnica inibitória contida na tutela específica.....	861
17.2.2.5. Conversão da obrigação/prestação de fazer ou não fazer em perdas e danos.....	862
17.3. Procedimento executivo.....	862
17.3.1. Procedimento executivo da obrigação/prestação de fazer.....	862
17.3.2. Procedimento executivo da obrigação/prestação de não fazer.....	864
17.3.3. Procedimento executivo da obrigação de entregar coisa.....	866
17.3.4. Procedimento executivo da obrigação de pagar quantia determinada.....	869
18. Procedimentos executivos por título extrajudicial.....	873

18.1. Regras gerais	873
18.1.1. Requisitos da petição inicial	873
18.1.2. Ajuizamento da execução e exame de admissibilidade	875
18.2. Procedimento executivo para obrigação/prestação de fazer	877
18.3. Procedimento executivo da obrigação/prestação de não fazer	879
18.4. Procedimento executivo para obrigação de entregar coisa certa ou incerta	881
18.5. Procedimento executivo para pagar quantia determinada	884
18.5.1. Introdução	884
18.5.2. Fase postulatória	884
18.5.3. Fase da constrição	887
18.5.3.1. Ordem de preferência de penhora e bens impenhoráveis	889
18.5.3.2. Das modalidades de penhora	900
18.5.3.3. Das providências e incidentes na penhora	919
18.5.3.4. Da substituição do bem penhorado	923
18.5.3.5. Da segunda penhora	925
18.5.3.6. Da redução ou ampliação da penhora	926
18.5.4. Fase da avaliação	927
18.5.4.1. Introdução	927
18.5.4.2. Regras gerais	928
18.5.4.3. Impugnação e nova avaliação	929
18.5.4.4. Efeitos da avaliação	930
18.5.5. Fase da expropriação	931
18.5.5.1. Introdução	931
18.5.5.2. Adjudicação	931
18.5.5.3. Alienação particular	936
18.5.5.4. Alienação por leilão judicial	937
18.5.6. Fase do pagamento	954
18.5.6.1. Pagamento decorrente da adjudicação	954
18.5.6.2. Pagamento decorrente de percentual de faturamento de empresa ou de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel	954
18.5.6.3. Pagamento decorrente da alienação	956
18.5.6.4. Incidente de concurso de credores	957
18.5.7. Suspensão e extinção da execução	971
18.5.7.1. Suspensão da execução	971

18.5.7.2. Extinção da execução	974
18.5.7.3. A questão da prescrição na execução	975

19. Procedimentos executivos especiais	981
19.1. Introdução	981
19.2. Execução de obrigação alimentar	981
19.2.1. Noção	981
19.2.2. Execução de alimentos que visa prisão civil do devedor	985
19.2.2.1. Introdução	985
19.2.2.2. A executividade dos alimentos provisórios	985
19.2.2.3. Procedimento	986
19.2.2.4. Prisão civil do devedor	988
19.2.3. Execução de alimentos pela via patrimonial	990
19.2.4. Execução de alimentos por desconto em folha	991
19.2.5. Da constituição de capital de renda para a execução de indenização por ato ilícito	992
19.3. Execução contra a Fazenda Pública	994
19.3.1. Introdução	994
19.3.2. Disposição constitucional	995
19.3.3. Princípios aplicáveis ao precatório	998
19.3.4. Procedimento	1002
19.3.4.1. Da inadmissibilidade de execução provisória	1002
19.3.4.2. Instauração da execução e efetivação do crédito	1005
19.4. Execução fiscal	1007
19.4.1. 19.4.1. Noção	1007
19.4.2. Título executivo	1011
19.4.3. Procedimento	1012
19.4.3.1. Fase postulatória	1012
19.4.3.2. Fase da constrição	1016
19.4.3.3. Fase da avaliação	1021
19.4.3.4. Fase da expropriação	1021
19.4.3.5. Fase do pagamento	1028
19.5. Execução nos Juizados Especiais	1029
19.5.1. Introdução	1029
19.5.2. Juizados Especiais da Justiça Estadual	1029
19.5.2.1. Regras gerais	1029

19.5.2.2. Execução de sentença	1034
19.5.2.3. Execução por título extrajudicial	1038
19.5.3. Juizados Especiais da Justiça Federal	1042
19.5.4. Juizados Especiais da Fazenda Pública da Justiça Estadual	1047

20. Defesa na execução **1053**

20.1. Introdução	1053
20.2. Impugnação ao cumprimento de sentença	1054
20.2.1. Introdução	1054
20.2.2. Procedimento	1055
20.2.2.1. Forma e prazo para argüição	1055
20.2.2.2. Matérias que podem compor a impugnação	1056
20.2.2.3. Intimação do exequente e desenvolvimento dos atos procedimentais	1068
20.2.2.4. Decisão, seus efeitos e recurso cabível	1070
20.2.3. Da Impugnação ao cumprimento de sentença em procedimentos executivos especiais	1071
20.2.3.1. Impugnação na execução patrimonial de alimentos	1071
20.2.3.2. Impugnação na execução contra a Fazenda Pública	1073
20.3. Embargos à execução	1077
20.3.1. Histórico dos embargos à execução	1077
20.3.2. Natureza jurídica dos embargos à execução	1084
20.3.3. Procedimento	1090
20.3.3.1. Prazo e forma de ajuizamento	1090
20.3.3.2. Matérias a serem argüidas	1091
20.3.3.3. Ordem de colocação das matérias e a tutela jurisdicional nos embargos à execução	1103
20.3.3.4. Juízo de admissibilidade, intimação do exequente e desenvolvimento dos atos procedimentais	1105
20.3.3.5. Decisão, seus efeitos e recurso cabível	1108
20.3.4. Dos Embargos à execução em procedimentos executivos especiais	1109
20.3.4.1. Embargos à execução no processo de execução patrimonial de alimentos	1109
20.3.4.2. Embargos à execução no processo de execução contra a Fazenda Pública	1110
20.3.4.3. Embargos à execução no processo de execução fiscal	1112

20.4. ●Outras oportunidades.....	1115
20.4.1. Justificação na execução pessoal de obrigação alimentar.....	1115
20.4.2. Objeção de pré-executividade.....	1117
20.4.3. Impugnações ao longo do processo executivo.....	1118
20.4.4. Ação para invalidar a alienação do bem penhorado.....	1121
20.4.5. Embargos à execução nos Juizados Especiais.....	1124
Referências.....	1127